

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (COMUS) Biênio 2025-2027.

Ao décimo segundo dia do mês de Agosto de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se de forma presencial os membros do Conselho Municipal de Saúde. Constata-se a presença do Presidente do COMUS Srº Dênis Eduardo dos Santos e dos Conselheiros Priscila Pimentel titular ABENFO-SC, Otávio José Zini Vieira titular Amigos e Tribos, Claudemir Gonçales titular CRP/SC, Gustavo Ramalho Bisi titular UNIBAC - União das Associações dos Moradores de Balneário Camboriú, Thaís Regina Uhlig titular AVANTIS – Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil Ltda, Schaiany Boeno titular APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Camboriú, Áurea Loch titular Associação de Moradores do Bairro da Barra, Washington Eduardo Picarelli Nalerio titular APAR – Associação dos Pacientes Renais BC, Valdir de Andrade titular Lions Clube Balneário Camboriú Centro, Luciana Eugênia Dalla Nora Galli titular OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - 15ª Subseção e Débora Candida Spagnol titular ACAD – Associação Catarinense de Advogados Pela Democracia.

Presidente Dênis inicia dando boas vindas aos representantes e usuários do CAPS II e CAPS AD do município, que vieram assistir a reunião. Em seguida inicia-se a pauta sobre a documentação recebida pelos conselheiros a respeito da proposta ministerial de contratação para uma policlínica a ser instalada na Rua 1500. Conselheiro Otávio abre fala citando o PL 48/25, cujo projeto já é previsto na PAS, apenas com algumas alterações necessárias. É aberta votação para aprovação com ressalvas do parecer elaborado pela comissão e, por unanimidade, o documento é aprovado. Conselheira Priscila fala sobre a proposta da contratação da policlínica, que precisa ser aprovada primeiramente para depois ser elaborado projeto arquitetônico. Ela sugere que o COMUS aprove a proposta desde que agregada à centralização do serviço, para que a policlínica seja mantida na região central do município. Os conselheiros debatem sobre os terrenos atualmente ocupados pela Secretaria da Saúde e pelo Posto Central e pelas questões técnicas que porventura não permitam BCPrevi e policlínica funcionando no mesmo prédio. Conselheiro Otávio sugere que seja aceita a instalação da policlínica mas que o local, o projeto e etc sejam enviados posteriormente para nova avaliação. Ele cita o exemplo do CAPSi, que até hoje não foi inaugurado e lembra que a PAS 2025-2028 ainda não foi aprovada. Conselheiro Claudemir recorda que o Conselho é um órgão fiscalizar e que tem que acompanhar todos os trâmites da policlínica. Conselheira Priscila fala dos projetos para a UBS Central colocados no PPA. Conselheiro Otávio cita a lei 8142/90 que diz que o Conselho Municipal de Saúde deve ter sede própria e que essa meta já consta no PMS. Os

conselheiros sugerem solicitar uma sala no projeto para a policlínica da rua 1500 para ser sede do COMUS. Presidente Dênis comunica que, referente à deliberação do recebimento do recurso, está aprovado, mas diz que o Conselho deve elaborar um ofício solicitando o acompanhamento da documentação para que possa ser feita a fiscalização do projeto. Conselheiro Otávio diz ser necessário fazer uma resolução. Presidente Dênis diz que a Mesa Diretora será a responsável pela elaboração do ofício e a Comissão Permanente de Obras, Financiamento e Orçamento da Saúde pela resolução. Inicia-se a segunda pauta do dia: aprovação da PAS. Porém, como o documento ainda não foi recebido pelo Conselho, ela é adiada para a próxima reunião. Conselheira Priscila solicita o registro em ata de que o setor de Planejamento foi orientado por mais de um conselheiro e por ela mais de uma vez de como esse documento precisa ser feito, e que o COMUS segue aguardando. A pauta seguinte diz respeito a um ofício recebido da Casa Civil solicitando a indicação de um conselheiro para integrar o Comitê Extraordinário de Acompanhamento e Fiscalização da Estadualização do Hospital Ruth Cardoso. Dispõe-se a participar os conselheiros Dênis, Otávio e Gustavo. Após votação, fica definido o conselheiro Gustavo Ramalho Bisi como titular e Dênis Eduardo dos Santos como suplente. Quarta pauta do dia: eleição da Mesa Diretora. Os conselheiros debatem sobre a data da próxima eleição, considerando as eleições anteriores, que não seguiram o calendário previsto no Regimento Interno do COMUS, e a desistência do Presidente Ivo no biênio 2023-2025. Fica definida a extensão do mandato do Presidente Dênis até Março/2026 para que haja prazo suficiente para organizar nova eleição e retomar a data prevista no RI. Conselheiro Otávio fala sobre o PL 191/2025, que autoriza a abertura de crédito adicional especial junto ao orçamento municipal vigente, cujo objetivo é “a abertura de crédito adicional especial, na modalidade de aplicação 3.3.93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), junto ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para atender despesas a serem contratadas junto ao Consórcio CIS-AMFRI, que deverão atender as necessidades de reposição e ampliação das equipes de Estratégia da Saúde da Família, bem como cobertura dos horários estendidos nas 4 unidades básicas”. Ele diz que a Estratégia de Saúde da Família não pode ser terceirizada conforme decisão do TCE. Presidente Dênis apresenta os visitantes da reunião do dia: funcionários e usuários do CAPS II e do CAPS AD. Miguel, psicólogo do CAPS II, fala de questões da saúde mental no município. O usuário Sr Ênio dá o seu testemunho sobre sua vida e sua história no CAPS. Conselheiro Claudemir fala da importância da participação dos usuários e da origem dos CAPSs. Miguel aborda a falta de uma

coordenação não só no CAPS mas também em outras unidades especializadas e os conselheiros debatem essa questão. Conselheira Priscila fala sobre o projeto ideal para a Saúde Mental em Balneário Camboriú. Conselheiro Otávio defende a ocupação dos cargos de coordenação por funcionários efetivos. Ele sugere que as unidades de saúde enviem ao Conselho o que eles precisam/gostariam que fosse incluído no PMS, que será elaborado esse ano. Conselheiro Gustavo fala da importância do chamamento da Conferência Municipal de Saúde para que a população possa se manifestar a respeito da estadualização do Hospital Ruth Cardoso. Conselheiro Otávio desaprova o chamamento de uma Conferência com o objetivo de alteração de uma resolução de Conferência anterior que não atende a vontade da Gestão. Conselheira Priscila diz não fazer sentido a Secretaria de Saúde construir o PMS apenas com trabalhadores da saúde e sem participação popular, considerando que não foi feito chamamento para a Conferência Municipal de Saúde nesse ano. Conselheiro Gustavo defende que a população possa se manifestar a respeito da situação do hospital. Conselheira Débora diz que esse assunto já foi debatido pelo Conselho, já foram elaborados dois pareceres diferentes – ambos enviados para a Administração -, já foi discutido na Câmara e que não deveria estar sendo colocado em pauta novamente. A reunião é encerrada e eu, Isabela Evangelista de Souza, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

Link para a reunião na íntegra: https://www.youtube.com/live/DLJETtGh_4k?si=7EQVUJD_nvP5sa0w